

ADISPOR – APESP

Conselhos de Avaliação

Comissão D - Área da Educação

Subcomissão D.9

RELATÓRIO

Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico
da

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Julho de 2004

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
1. Constituição da Comissão	1
2. Objectivos da avaliação	2
3. Metodologia de trabalho	2
II – VISITA À INSTITUIÇÃO	4
1. Objecto da visita	4
2. Objectivo da visita	4
3. Descrição da visita	4
3.1. Sessão de apresentação de cumprimentos	5
3.2. Reunião da Subcomissão Externa de Avaliação	5
3.3. Reunião com os Dirigentes da Instituição	5
3.4. Reunião com os autores do Relatório de Auto-Avaliação	7
3.5. Visita às instalações	7
3.6. Reunião com os estudantes	8
3.7. Reunião com os Dirigentes Associativos	9
3.8. Reunião com os Assistentes e Equiparados	9
3.9. Reunião com os Professores e Equiparados	10
3.10. Reunião da Subcomissão Externa de Avaliação	10
3.11. Reunião com o pessoal não docente	10
3.12. Hora Aberta	11
3.13. Reunião da Subcomissão Externa de Avaliação	11
3.14. Reunião com os Dirigentes da Instituição e com os Autores do Relatório de Auto-Avaliação	12
III – QUADRO AVALIATIVO	12
1. Relatório de Auto-Avaliação	13
2. Instalações e Equipamentos	14
3. Recursos em Novas Tecnologias de Informação e Comunicação	16
4. Composição do Corpo Docente	17
5. Composição do Corpo Técnico e Administrativo	19
6. Dinâmica de Formação Interna de Docentes	20

7. Missão e Funções Institucionais, incluindo os objectivos do curso	22
8. Metodologia da conceptualização e organização da estrutura curricular do curso	24
9. Prática de Investigação associada ao curso	28
10. Realização do curso, ponderando, entre outros aspectos, os mecanismos da sua coordenação, os métodos de ensino e aprendizagem e o regime de frequência e avaliação	30
11. Qualidade dos indicadores relativos aos ingressos no curso	35
12. Sucesso Educativo e mecanismos adoptados para a sua melhoria	37
13. Inserção Profissional dos Diplomados	40
14. Relações Externas e Internacionalização	41
15. Recursos Financeiros (indicadores essenciais, recursos disponíveis e diversidade de fontes de financiamento)	44
16. Cultura ambiental de qualidade	46
IV – SÍNTESE FINAL	48
1. Pontos Fortes	48
2. Pontos Satisfatórios	49
3. Pontos Fracos	49

FICHA- SÍNTESE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

ANEXOS

Relatório de Avaliação

do “Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico”

da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

I - INTRODUÇÃO

1. Constituição da Comissão

A Comissão Externa de Avaliação (CEA), Área D – Educação, é presidida pelo Professor Doutor José Ribeiro Dias e assessorada pelo Professor Doutor Octavi Fullat da Universidade Autónoma de Barcelona, sendo constituída por dez subcomissões.

A Subcomissão D9, responsável pela elaboração deste Relatório, relativo à avaliação externa do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, é constituída pelos seguintes elementos¹:

- Professor Doutor José Alberto Mendonça Gonçalves, Professor Coordenador da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, como Vice-Presidente;

- Professor Doutor Francisco José Barbosa Monteiro, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, como Vogal;

- Mestre Mário José Oliveira Relvas de Assunção, Professor Adjunto Equiparado da Escola Superior de Educação da Universidade de Lisboa, como Vogal.

A Subcomissão foi secretariada pelo Dr. Álvaro Santos, do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

¹ Os *curricula vitae* resumidos dos membros da Subcomissão foram incluídos em anexo.

2 . Objectivos da avaliação

As bases do sistema de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior foram estabelecidas pela Lei nº 38/94, de 21 de Novembro, e pela Lei nº 1/2003, de 6 de Janeiro, que altera a redacção do seu Artigo 5º, ao mesmo tempo que estabelece o “Regime jurídico do desenvolvimento e qualidade do ensino superior”.

Todavia, os desenvolvimentos normativos da Lei nº 38/94 só vieram a ser estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 205/98, de 11 de Julho, que configurou o Sistema Nacional de Avaliação e possibilitou o desenvolvimento de um primeiro ciclo de avaliação dos cursos, com início em 2001/2002 e com uma duração de cinco anos (2000/2005), sob a responsabilidade e coordenação da ADISPOR e da APESP, no que às Instituições do subsistema politécnico diz respeito.

Os objectivos deste primeiro ciclo de avaliação são, essencialmente:

- promover uma cultura de qualidade;
- instituir uma cultura de avaliação;
- estabelecer o conhecimento, o diálogo e a cooperação institucionais;
- constituir uma base para tomadas de decisão, no sentido da melhoria e da qualidade dos cursos ministrados pelas diferentes Instituições.

3 . Metodologia de Trabalho

Esta Subcomissão desenvolveu as suas actividades no quadro da Comissão Externa de Avaliação, Área D – Educação, tendo o seu Vice-Presidente participado nas reuniões de trabalho realizadas em 4 e 25 de Março e em 9 de Junho do corrente ano de 2004, convocadas, a primeira, pelos Presidentes da ADISPOR e da APESP e, as duas outras, pelo Presidente da Comissão de Educação. Na segunda das referidas reuniões tomaram igualmente parte os Vogais da Subcomissão.

A metodologia de trabalho seguida desenvolveu-se em conformidade com as orientações definidas nas reuniões atrás mencionadas, bem como nas estabelecidas no “Guião de procedimentos para a avaliação externa dos cursos (2002)”².

Numa primeira fase, e no que respeita à preparação dos trabalhos, os membros da Subcomissão procederam ao estudo individual do “Relatório de Auto-Avaliação do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico”, elaborado pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, relativo ao ano lectivo de 2002/2003³, tendo procedido ao levantamento dos aspectos que consideraram carecer de esclarecimentos e/ou dados complementares, a solicitar no decurso da visita.

Numa segunda fase, e no desempenho da função que lhe foi cometida, a Subcomissão, de acordo com o calendário estabelecido, procedeu à visita à Escola Superior de Educação de Setúbal, nos dias 15 e 16 de Abril de 2004.

De acordo com o programa pré-estabelecido, e tendo em vista a preparação dos trabalhos, os membros da Subcomissão, no dia anterior à visita, procederam à análise conjunta do Relatório de Auto-Avaliação, designadamente através do confronto e discussão das respectivas leituras individuais, tendo estabelecido, entre si, critérios, procedimentos e normas, bem como a metodologia a seguir ao longo da visita.

No decurso desta, tendo presente o carácter pedagógico do actual ciclo de avaliação, adoptou-se uma atitude de abertura e de diálogo – aliás também assumida pelos diferentes interlocutores –, sem prejuízo da reflexão e discussão sobre o curso em avaliação. Toda a visita decorreu num clima de seriedade, objectividade, transparência, isenção e cooperação, que nos apraz registar.

Ao longo da mesma, nas diferentes reuniões havidas, procurou confirmar-se os dados constantes no Relatório de Auto-Avaliação, esclarecer alguns aspectos que suscitavam dúvidas e recolher novas informações sobre aspectos organizativos e de funcionamento que se pudessem ter alterado entre a realização do Relatório e a visita da Subcomissão de Avaliação Externa.

² In A. Almeida Costa & V. A. Pinto de Andrade (2003). *Percurso de Avaliação no Ensino Superior Politécnico Público*, Lisboa, ADISPOR - Conselho de Avaliação, pp.201-225.

³ Embora os dados do Relatório se reportem ao ano lectivo de 2001/2002.

II – VISITA À INSTITUIÇÃO

1. Objecto da visita

A visita à Escola Superior de Educação de Setúbal, tomando como ponto de partida e referente o Relatório de Auto-Avaliação, teve como objecto a avaliação externa do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico. Realizada de acordo com o “Guião da Visita”, visou, designadamente, a confirmação e a recolha de informação, através das reuniões efectuadas com i) os corpos dirigentes da instituição; os autores do relatório; os estudantes; os dirigentes estudantis; os assistentes e equiparados; os professores e equiparados; o pessoal não docente; os docentes e alunos, em geral, os ex-alunos e outros membros da comunidade; e ii) a partir da observação directa das condições materiais e humanas, das instalações e dos equipamentos respeitantes e/ou utilizados na realização do curso.

2. Objectivo da visita

O objectivo da visita inscreveu-se no processo global da avaliação das Instituições de Ensino Superior em curso no país, que visa estimular, induzir e/ou consolidar uma cultura de permanente reflexão do desempenho da instituição, em ordem à credibilização, racionalização e desenvolvimento do sistema, conjugando o momento da auto-avaliação com o da avaliação externa.

3. Descrição da visita

A visita à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, que teve lugar, como anteriormente referimos, nos dias 15 e 16 de Abril de 2004, desenvolveu-se de acordo com o programa previamente estabelecido e incidiu nos tópicos considerados mais relevantes para o funcionamento do curso.

Nas diversas reuniões havidas, o Vice-Presidente da Comissão fez a apresentação dos membros da equipa, dos objectivos da visita e da sequência dos trabalhos a realizar, reforçando a natureza pedagógica da avaliação externa.

A Escola mostrou compreender a intencionalidade da visita e colaborou com a Subcomissão em tudo o que foi considerado necessário e/ou conveniente.

A Subcomissão regista com agrado este bom clima de compreensão e o estimulante ambiente de trabalho que se estabeleceu nos diversos encontros e reuniões.

Seguidamente, apresenta-se uma breve descrição de cada reunião e do sentido da sua contribuição para o esclarecimento dos tópicos abordados.

3.1. Sessão de apresentação de cumprimentos

Os trabalhos iniciaram-se às 9 horas do dia 15, com a sessão de apresentação de cumprimentos, na qual estiveram presentes os membros do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação de Setúbal.

O encontro, que decorreu com toda a cordialidade, serviu para acertar pormenores para os dois dias da visita.

Terminada a apresentação de cumprimentos, a Subcomissão foi conduzida a uma sala com boas condições, onde decorreram os trabalhos.

3.2. Reunião da Subcomissão Externa de Avaliação

Após a apresentação de cumprimentos, a Subcomissão reuniu separadamente, para uma última apreciação e troca de opiniões acerca de aspectos fundamentais do Relatório, bem como para rever os critérios, procedimentos e normas a adoptar durante as reuniões subsequentes.

3.3. Reunião com os Dirigentes da Instituição

Nesta reunião, estiveram presentes a Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, a Presidente e os dois Vice-Presidentes do Conselho Directivo, o Presidente do Conselho Científico e o Presidente do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Educação.

Durante a reunião foram abordadas as seguintes questões:

a) – Relatório de Auto-Avaliação:

- considerado, pela Subcomissão, como um Relatório cuidado e bem elaborado;
- de acordo com os responsáveis presentes, não foi sujeito à apreciação dos Conselhos Científico e Pedagógico da ESE, dado ter sido concluído muito tarde, mas já foi agendada uma reunião do Conselho Científico para a análise do Relatório e das conclusões da avaliação externa.

b) – Certificação do Bacharelato:

- apesar do curso oferecer também “um bacharelato em Animação Musical para além da licenciatura em Educação Musical” (p.87), segundo informação fornecida, ninguém pediu a certificação desse grau.

c) – Expectativas sobre o futuro do curso, dada a diminuição do número de alunos:

- a Escola não equaciona “fechar” o curso, por entender que este constitui uma mais valia, tanto em termos internos como externos;
- a ESE pondera a possibilidade de realizar cursos preparatórios para os pré-requisitos, o que ampliará o universo de candidatos; estuda a possibilidade de articulação com outras instituições de Ensino Superior, no sentido da racionalização da oferta de cursos; e pretende, também, vir a ministrar este curso na Madeira, com certificação pela ESE de Setúbal.

d) – Coordenação do curso:

- segundo informação prestada pelo Presidente do Conselho Científico, a coordenação do curso está pensada de forma a ser exercida com autonomia, tanto em termos científicos como pedagógicos.

e) – Perspectivas sobre o corpo docente:

- no plano científico, os Dirigentes da Instituição consideram boa a situação do curso, na medida em que existem três professores doutorados na Área da Música;

- manifestaram preocupação relativamente à questão do alargamento do Quadro do Pessoal Docente, que depende de decisão da Tutela.

A concluir a reunião, o Vice-Presidente da Subcomissão solicitou ao Conselho Directivo uma série de dados necessários à melhor compreensão e completamento da informação contida no Relatório.

3.4. Reunião com os autores do Relatório de Auto-avaliação

Nesta reunião, estiveram presentes 4 elementos da equipa responsável pela elaboração do Relatório, tendo sido justificada a ausência do seu quinto membro.

O Vice-Presidente começou por felicitar os autores do Relatório pela qualidade do trabalho desenvolvido. Em seguida, passou-se à análise de alguns aspectos que a Subcomissão considerara menos explícitos ou que lhe haviam suscitado dúvidas, a saber:

- leitura de alguns quadros;
- relações institucionais da ESE e do Instituto Politécnico de Setúbal;
- cargas horárias disciplinares estabelecidas pelo plano de estudos e leccionadas;
- funcionamento das práticas pedagógicas;
- regime de frequência e avaliação;
- dimensão crítica das conclusões do Relatório.

3.5. Visita às instalações

Na visita às instalações, a Subcomissão foi acompanhada pelos Corpos Dirigentes e pela Directora do Curso que comentaram, em pormenor, a existência, a utilização e o funcionamento dos espaços e dos equipamentos, designadamente, e em especial, os mais directamente ligados ao curso em avaliação.

Deste modo, para lá dos espaços de utilização e acesso a toda a comunidade escolar, tais como salas de aula, pavilhão desportivo, auditório, biblioteca, centro de recursos audiovisuais e salas de computadores, houve também a preocupação de

centrar a visita nos espaços e equipamentos que mais directamente se relacionam com o Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico, tais como as salas específicas de música e os instrumentos musicais.

3.6. Reunião com os estudantes

Nesta reunião, participaram 28 alunos, dos quatro anos do curso. Poucos conheciam – e apenas superficialmente – o Relatório de Auto-Avaliação, não tendo nenhum deles integrado a respectiva equipa de elaboração.

Na troca de opiniões havida, os estudantes presentes focaram os seguintes aspectos:

- opção pelo curso, em número significativo, por não se tratar de um curso de Variante;
- grande disponibilidade dos professores do curso, face às solicitações dos alunos;
- forte cooperação entre os diferentes anos do curso;
- natureza do curso, que está mais orientado para o ensino da Música do que para o aprofundamento de conhecimentos musicais;
- existência de vários momentos de avaliação, o que redundou na obtenção de notas relativamente elevadas (entre o 13 e o 16);
- motivação que constitui trabalharem em projecto;
- aprendizagem em diversas disciplinas e por “erro e tentativa” na prática dos aspectos relativos ao desenvolvimento curricular.

3.7. Reunião com os dirigentes associativos

A esta reunião compareceram 5 dirigentes associativos (dois dos quais são alunos do curso em avaliação), que disseram desconhecer o Relatório de Auto-Avaliação e referiram a disponibilidade da Direcção da Escola para apoiar a Associação de Estudantes.

Ao longo do diálogo estabelecido, discorreram, ainda, sobre os seguintes aspectos:

- dinamização que este curso imprime à Escola;
- preocupação com as colocações dos futuros diplomados pelo mesmo;
- dificuldades sentidas quanto ao parque informático disponível;
- existência de poucos espaços para aulas;
- falta de informação, nomeadamente no que se refere aos programa ERASMUS;
- mau serviço de bar, que é também o único espaço comum de convívio.

3.8. Reunião com Assistentes e Equiparados

Estiveram presentes 6 assistentes, sendo um de carreira, três contratados e dois requisitados.

Como aspectos principais das intervenções verificadas, há a ressaltar:

- as baixas expectativas sobre a carreira na ESE;
- a pouca participação nas reuniões de curso;
- a existência de algumas dificuldades no que respeita aos equipamentos informáticos;
- a disponibilidade da Escola para a aquisição de bibliografia.

3.9. Reunião com os Professores e Equiparados

Apenas 4 professores estiveram presentes na reunião, tendo abordado os aspectos que, de imediato, se enunciam:

- expectativas de carreira, que são baixas;
- apoio à formação, que consideram “estar parada” por dificuldades da instituição, reconhecendo, embora, que a Direcção tem uma política positiva nesta área;
- coordenação do curso, cujas reuniões consideram pouco participadas;
- áreas científicas, tendo sido explicada a estrutura orgânica e as competências das mesmas, ressaltando que é neste âmbito que se equaciona uma certa sobreposição de “matérias” de algumas disciplinas.

3.10. Reunião da Subcomissão Externa de Avaliação

A concluir o primeiro dia da visita, a Subcomissão reuniu para proceder a um balanço dos trabalhos desenvolvidos e para sistematizar o conjunto das informações recolhidas, assim aprofundando a leitura crítica e reflexiva do Relatório de Auto-Avaliação.

Foi analisada a documentação complementar solicitada aos Corpos Dirigentes, no início das sessões de trabalho do dia, e traçada a estratégia a desenvolver no segundo dia da visita.

3.11. Reunião com o pessoal não docente

Nesta reunião, estiveram presentes 16 funcionários do diferentes Sectores da Escola, a quem, de acordo com as suas afirmações, tem sido facultada a frequência de “acções de formação” (não no decurso do presente ano, por dificuldades financeiras).

Estão integrados no Quadro de Pessoal não Docente e dizem existirem boas relações de trabalho com os Órgãos Dirigentes, com os docentes e com os alunos, além de entre eles próprios.

Nenhum deles está especificamente ligado ao Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico.

3.12. Hora Aberta

Estiveram presentes 30 pessoas, compreendendo alunos, docentes, ex-alunos, um director de um externato particular, uma técnica de uma instituição de apoio a idosos, elementos ligados à APPCDM e professores cooperantes do 1º Ciclo. Registe-se a ausência de professores cooperantes do 2º. Ciclo.

É de notar que todos os participantes evidenciaram entusiasmo relativamente ao curso, tendo sido sublinhada a muito boa relação que existe entre professores e alunos, tendo sido enfatizado que, ao longo do curso, a Escola evoluiu positivamente.

Os professores cooperantes presentes e de modo muito especial os do 1º Ciclo realçaram a importância da presença dos estagiários deste Curso nas suas escolas.

Das diversas intervenções, ressaltou a forte ligação que o curso e os seus ex-alunos mantêm não só com escolas do 2º ciclo do Ensino Básico, mas também com instituições de índole social e instituições educacionais as mais diversas, sobressaindo uma imagem muito positiva de integração social do curso em avaliação.

3.13. Reunião da Subcomissão Externa de Avaliação

A Subcomissão reuniu em privado para preparar a reunião final com os Dirigentes da Instituição e os autores do Relatório de Auto-Avaliação.

Fez-se o balanço geral da avaliação externa do curso, considerando a análise do Relatório e os dados complementares obtidos ao longo da visita, tendo-se decidido, ainda, o conjunto de tópicos a abordar, os quais constituirão a estrutura do Relatório da Subcomissão Externa de Avaliação.

3.14. Reunião com os Dirigentes da Instituição e com os Autores do Relatório de Auto-Avaliação

Na reunião final, estiveram presentes 11 elementos (um Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, a Presidente e os dois Vice-Presidentes do Conselho Directivo, o Presidente do Conselho Científico, o Presidente do Conselho Pedagógico, a Directora do Curso e quatro membros da comissão que elaborou o Relatório, incluindo o Coordenador da Área de Música).

O Vice-Presidente da Subcomissão Externa de Avaliação agradeceu a forma como esta foi recebida na Escola e a disponibilidade dos diferentes Órgãos, tanto para participarem nos trabalhos como para fornecerem atempadamente todos os elementos complementares solicitados.

Seguidamente, apresentou algumas “conclusões” preliminares da avaliação externa do curso, traduzidas em aspectos que poderão configurar pontos fortes, satisfatórios ou fracos do Relatório a elaborar.

Por seu lado, os elementos da Escola presentes agradeceram as qualidades humanas, as conclusões e as sugestões da Subcomissão, manifestando a intenção de fazerem o que for possível para promoverem as melhorias do curso que se justificarem.

Aproveitaram também a oportunidade para mostrar o seu desagrado pelo desfasamento entre o guião que utilizaram para a elaboração do Relatório de Auto-Avaliação e as exigências que agora estão a ser feitas no âmbito da avaliação externa que, reconhecem, estão de acordo com a Sinopse, distribuída em 2003, mas de que não tiveram conhecimento atempado.

III – QUADRO AVALIATIVO

Tendo por base o Relatório de Auto-Avaliação, elaborado pela Escola Superior de Educação de Setúbal, complementado e/ou clarificado, em alguns dos seus aspectos, no decurso da visita institucional, realizada em 15 e 16 de Abril de 2004,

designadamente através de documentação solicitada por esta Subcomissão D9, passa-se, de imediato, a dar corpo à avaliação externa do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico.

1. Relatório de Auto-Avaliação

O Relatório de Auto-Avaliação foi elaborado com dados que se reportam ao ano lectivo de 2001/2002 e é composto por 2 volumes: um volume principal (Volume I) de 163 páginas e um volume de Anexos de 496 páginas (Volume II – Anexos).

Foi elaborado de acordo com o “Guião de auto-avaliação de um curso”, de 2002, não tendo sido tomada em linha de conta a “Sinopse”, distribuída em 2003, e de que a ESE de Setúbal não terá tido conhecimento atempado, conforme declaração dos seus Corpos Dirigentes⁴.

Sendo a “Sinopse” mais exigente em termos de dados que o anterior guião, teve a Subcomissão de solicitar todos aqueles que considerou necessários ao aprofundamento e/ou completamento da informação constante do Relatório, passando a considerar uns e outros de uma forma global e integrada.

O Relatório segue, pois, as normas do Guião de 2002, com alterações pontuais, que lhe dão, mesmo, um valor acrescentado. Entre estas, refira-se i) um ponto, intitulado “Metodologia e características do trabalho” (pp.13-24), em que se apresentam os objectivos do Relatório e se descrevem os “dispositivos de recolha de dados” e de “análise dos dados”; ii) o recurso a entrevistas aos actuais e anteriores Corpos Dirigentes da Escola, aos Coordenadores de Departamento e Curso e à Secretária da Escola, com a finalidade de permitirem “reconstituir a imagem da ESE tal como ela se representa na concepção dos membros que detêm ou detiveram cargos de chefia e outros” (p.19); iii) e a apresentação de um conjunto de referências bibliográficas que foram usadas para suportar teoricamente algumas das análises produzidas ao longo do Relatório.

É um documento claro e conciso, fértil em informações e que procura apresentar uma leitura objectiva dos dados, sustentados pela documentação em anexo, embora,

⁴ Vide ponto 3.14 da II Parte deste Relatório.

num ou noutro caso, a informação não seja apresentada de forma clara e precisa ou seja de difícil leitura (Quadros das pp.114 e 319, por exemplo).

Cuidado em termos de linguagem e de estruturação, o Relatório compreende uma parte descritiva (pp.7-81) e uma parte de análise crítica (pp.83-150), distintas e bem sistematizadas, abrangendo o espectro de questões e/ou situações supostas pelo processo avaliativo externo.

Revela também um significativo sentido crítico na análise das situações e dos problemas, que são expostos com total abertura e honestidade, sendo coerente nas conclusões que apresenta, que procura suportar de forma fundamentada e reflectida (pp.153-157).

2. Instalações e Equipamentos

A Escola Superior de Educação de Setúbal dispõe de instalações próprias, constituídas por um edifício construído de raiz, da traça do arquitecto Siza Vieira, que foram consideradas, por todos os elementos contactados ao longo da visita institucional, como uma mais valia “ambiental” para a ESE.

Na actualidade, a Escola está sobrelotada, pois é frequentada por “um número de alunos perto dos 1000, quando o edifício foi construído para cerca de 500 alunos” (p.69), o que implica insuficiência de espaços para o trabalho de alunos, docentes e funcionários e a redução sensível da qualidade das condições de trabalho dos espaços existentes” (p.70). Neste sentido se pronunciaram também os representantes da Associação de Estudantes⁵, ao apontarem, em termos genéricos, a falta de espaços “para aulas” e “de convívio”.

O Departamento de Música tem procurado resolver esta falta de disponibilidade de espaços, através do recurso a salas de aula disponíveis, “para efectuar ensaios ou mesmo práticas instrumentais individuais” (p. 100), ou recorrendo a “alguns espaços noutras escolas” do Instituto Politécnico de Setúbal, ou, dada a “forte ligação que a ESE e o curso em análise têm com a comunidade”, a “espaços diversificados da região, tais como teatros, igrejas, escolas e outras salas que apresentem as condições necessárias” (p.101) para actuações (dados confirmados por todos os inquiridos).

⁵ Vide ponto 3.8 da II Parte do presente Relatório.

No seu funcionamento, o curso utiliza não apenas os espaços e os equipamentos comuns aos outros cursos⁶, em função das disciplinas que compõem o seu plano de estudos, mas também, em termos específicos, espaços e equipamentos próprios, considerados suficientes para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, como se pôde verificar no decurso da visita, considerando, até, o número de alunos do curso.

Entre os primeiros, refiram-se uma sala de música, “equipada com instrumental Orff em quantidade suficiente” e um laboratório de música, dispondo de teclados eléctricos “em número suficiente para a prática de teclado simultânea” (p.101).

Quanto aos segundos, e para lá dos acabados de indicar, “existe um número significativo de guitarras e cordofones populares portugueses que permite uma utilização generalizada em situações de aulas práticas”⁷, a que se juntam, “com regularidade, instrumentos de sopro e corda diversificados” dos alunos, que “são incentivados a utilizar os seus instrumentos particulares” (p.101). No laboratório de música existe, ainda, equipamento adequado para levar a cabo trabalhos de gravação e produção audio.

Quanto à disponibilidade – e possibilidade de acesso – dos equipamentos e instrumentos essenciais ao funcionamento do curso, é a mesma muito positivamente avaliada por alunos e professores. Numa escala de 1(mínimo) a 4 (máximo), 41% dos alunos classifica-a no nível 4 e 35,9%, no nível 3 (p.101), enquanto os professores, de acordo com a mesma escala, a situam no nível 3 (66,7%) e no nível 4 (8,3%).

A utilização dos equipamentos essenciais ao desenvolvimento do curso, como decorre do texto do Relatório e nos foi afirmado ao longo da visita, é permanente e intensiva.

Os espaços e equipamentos, tal como foi assegurado por todos os entrevistados e se pôde verificar ao longo da visita institucional, são considerados de qualidade, apesar de alguns problemas de natureza acústica, que têm a ver com a estrutura do edifício da Escola, considerando-se, apesar de tudo, que o “casamento entre o edifício e as artes que se associam tem funcionado como um regulador automático e constante de qualidade e um convite à melhoria” (pp.130-131).

⁶ Vide Quadro “Instalações da ESE de Setúbal (número, áreas e lotação)”, na p.43 do Vol. II – Anexos.

⁷ Vide Quadro de sistematização “Instrumentos musicais, incluindo equipamento de orquestra”, na p.48 do Vol. II – Anexos.

No que se refere à relação entre a capacidade dos espaços disponíveis e o número de alunos que os utilizam, a Escola indicou o valor de 2,43m²/aluno, tomando em consideração o número total de alunos da Formação Inicial, e o valor de 24,6m²/aluno, se considerados apenas os 73 alunos do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico. A Subcomissão considera, porém, que o cálculo destes valores exige um grau de complexidade que não terá sido observado, dada a multiplicidade de espaços usados pelos alunos, sobretudo em conjunto com os alunos de outros cursos, pelo que os considera meramente indicativos e de reduzido significado.

3. Recursos em Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

Quanto aos recursos em matéria de novas tecnologias e informática, a ESE de Setúbal, em termos gerais, tem procurado criar, “nestes últimos anos”, “uma infraestrutura de equipamentos e meios informáticos que possibilitam a sua utilização na gestão quotidiana da escola facilitando o acesso e a troca de informação, facilitando tarefas, economizando recursos” (p.72)⁸.

Globalmente, e em termos de disponibilidade de recursos neste campo, a Escola está bem equipada, dispondo de um “Centro de Informática”, com dois laboratórios, de uma “Sala de Informática”, de um espaço multimédia e de galerias (p.43, Vol. II – Anexos) e, ainda, de equipamento informático, incluindo computadores e outros equipamentos, num total de 392 elementos, a que se juntam mais 45 de *software* de aplicação (p.44, Vol. II – Anexos), e, por último, equipamento e material audiovisual, que totaliza 632 elementos (p.47, Vol. II – Anexos).

Quanto a investimentos em *hardware* e *software*, apenas se conhece que, no ano de 2001, no conjunto das “Despesas Correntes”, a ESE de Setúbal gastou 10 555 (milhares de escudos) em material de informática (p.54, Vol. II – Anexos), o que se compreende, consideradas as restrições económicas e as opções tomadas nesta área, que atrás referimos, mas nos parece insuficiente dadas as necessidades neste campo, no que se refere aos alunos em geral e ao Curso de Professores de Educação Musical, de forma específica.

⁸ Vide Gráficos 3.4 e 3.5 (p.73), sobre “N.º de computadores com e sem ligação à Internet – 1998-2001” e “N.º de computadores por tipo de utilizador– 1998-2001”, respectivamente.

Dado o esforço desenvolvido pela Instituição na generalização dos equipamentos informáticos aos diferentes serviços da Escola, o recurso a diferentes aplicações e o desenvolvimento da rede interna (*intranet*), podemos considerar que há um acesso fácil dos alunos a informações de interesse. Neste campo, tendo sido questionados sobre o acesso a equipamentos e meios informáticos (considerada uma escala de 1 – mínimo – a 4 – máximo), 71,8% dos alunos respondentes consideraram-no no nível 3 e 10,3% no nível 4⁹, o que é bastante positivo.

Por outro lado, traduzido esse acesso na razão computador/alunos, já o mesmo tem de ser considerado menos aceitável, dado que o número de computadores disponível para os alunos – pouco mais de 45 “para utilização autónoma” (p.103) para cerca de 800 alunos¹⁰ - é baixo e, portanto, de fraco significado no plano científico-pedagógico.

Relativamente ao acesso a redes telemáticas, considera-se a situação como boa, considerando que as galerias e a sala multimédia estão em funcionamento 8 horas por dia, podendo também ser utilizadas à noite, desde que reservadas.

A finalizar este ponto, resta-nos afirmar que, tal como ficou expresso nas entrevistas havidas e pelo que observámos *in loco*, no decurso da visita, o recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação é incentivado e assumido ao nível da gestão e do funcionamento do curso como estratégia pedagógica de acesso ao conhecimento e de formação.

4. Composição do Corpo Docente

O Corpo Docente adstrito ao Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal é constituído por 1 doutor (3,5%), 16 mestres (57,2%), 8 licenciados (28,6%) e 3 com “outras” formações (10,7%), num total de 28 docentes (p.99).

Destes 28 docentes, 12 (42,9%) têm formação específica em Música, assim distribuídos:

⁹ Vide Quadro 2. “Acesso a equipamentos e meios informáticos”, p.391 do Vol. II – Anexos.

¹⁰ Vide Gráfico 3.5 – “N.º de computadores por tipo de utilizador – 1998-2001”, p.73 do Vol. II – Anexos.

- Área da Música: 7 docentes (1 doutor; 1 mestre em doutoramento; 1 licenciado em mestrado; 3 licenciados; e 1 com o Curso Geral de Piano e de Composição);
- Área de Musicologia: 5 docentes (4 mestres, 3 dos quais em doutoramento, e 1 licenciada).

Em síntese, por graus, temos: 1 doutor (8,3%); 5 mestres (41,7%); 5 licenciados (41,7%); e 1 com “outras” habilitações (8,3%).

Em termos analíticos, verifica-se que, considerado o total de 73 alunos e o conjunto de doutores e mestres (1+5=6) da área científica do curso, há um doutor ou mestre por cada 12,16 alunos e que os ramos de doutoramento e/ou especialização são adequados à natureza do curso.

Leccionam ainda no curso mais 11 mestres (39,9% do total dos 28 docentes), com mestrados nas áreas científicas das respectivas disciplinas (pp.281-308 do Vol. II – Anexos).

Por categorias profissionais, os docentes do curso distribuem-se do seguinte modo: 1 Professor Coordenador, sem agregação; 6 Professores Adjuntos; 7 Equiparados a Professores Adjuntos; 1 Assistente do 2º Triénio; 4 Equiparados a Assistentes do 2º Triénio; e 6 Equiparados a Assistentes do 1º Triénio. Há ainda 2 professores em prestação de serviços, sem equiparação a qualquer categoria.

Por seu lado, compõem o Departamento de Música: 1 Professor Coordenador; 1 Professor Adjunto; 3 Equiparados a Professores Adjuntos; 5 Equiparados a Assistentes; e, ainda, 2 professores requisitados (p.100).

Quanto aos regimes de prestação de serviço, 21 docentes (75%) estão em dedicação exclusiva; 3 (10,71%) a tempo parcial; 3 (10,71%) são requisitados; 1 (3,58%) está em prestação de serviços (note-se que este docente é licenciado em Ciências Musicais – Musicologia).

Finalmente, refira-se que o *ratio* docentes/alunos, neste curso, é de 1 docente para 2,61 e que, durante a visita, foi salientada, tanto pelos Corpos Dirigentes como pelos Professores, a necessidade da revisão, pela Tutela, do Quadro de Pessoal Docente.

Tal necessidade está bem expressa, aliás, nas perspectivas docentes acerca da progressão na carreira, dado que 50% desses docentes a vêem de forma negativa¹¹.

5. Composição do Corpo Técnico e Administrativo

De acordo com os dados constantes no Relatório e documentação complementar fornecida pelo Conselho Directivo, a pedido da Subcomissão, na actualidade, o Corpo do Pessoal Técnico e Administrativo da ESE de Setúbal é constituído por 35 funcionários (encontrando-se ao serviço na Escola apenas 34), distribuídos pelas seguintes categorias de Pessoal: i) *Dirigente*: Secretária da Escola; ii) *Técnico Superior*: 1 Técnica Superior de 2ª Classe de BAD (Biblioteca e Documentação) e 1 Técnica Superior de 2ª Classe (Sector de Contabilidade); iii) *Técnico*: 2 Técnicas de 2ª Classe (uma nos Serviços Académicos e a outra requisitada pela Casa Civil da Presidência da República); iv) *Técnico-Profissional*: 2 Técnicos-Profissionais Especialistas Principais de BAD (Sector de Documentação e Informação), 1 Técnico-Profissional Especialista Principal (Contabilidade) e 4 Técnicos-Profissionais de 2ª Classe (Projectos financiados pelo Fundo Social Europeu; 2 no Sector de audiovisuais; Pavilhão Gimnodesportivo do I.P.S.; e Secretariado do Conselho Directivo); v) *Informática*: 1 Técnica Informática Grau 1 – Nível 3 e 1 Técnica Informática Grau 1 – Nível 2 (Sector de Informática); vi) *Administrativo*: 2 Assistentes Administrativos Especialistas (Sector de Recursos Humanos); 3 Assistentes Administrativos Principais (Economato, Sector de Expediente e Arquivo e Formação Contínua e Sector Académico); 3 Assistentes Administrativos (2 no Sector Académico e 1 no Apoio Administrativo aos Estágios e Mestrados); vii) *Operário* (fotocopista); e viii) *Auxiliar* (motorista; telefonista; auxiliar administrativa; 4 auxiliares de limpeza; e 1 auxiliar de manutenção).

Todos os funcionários pertencem ao Quadro do Pessoal não Docente do Instituto Politécnico de Setúbal e, em termos evolutivos, o seu número tem permanecido relativamente estável, pois passou de 32, em 1997/1998 para 33, em 2001/2002, sendo no presente, como vimos, de 35.

¹¹ Vide Quadro 13 – “Condições de progressão na carreira”, na p. 367 do Vol. II – Anexos.

Como é comum nas Escolas Superiores de Educação, na ESE de Setúbal também não há pessoal administrativo afecto aos cursos, no caso concreto ao Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico.

Existe pessoal técnico e administrativo qualificado, designadamente a nível de licenciatura (Biblioteca, Centro de Recursos, Contabilidade e Sector de Informática), para o exercício de funções específicas, prestando serviço a tempo inteiro.

O *ratio* pessoal não docente/pessoal docente (35 funcionários para 123 docentes) é de 1/3,5. A Escola, no entanto, dada a evolução estrutural da Instituição e o número de alunos, considera insuficiente o número de funcionários de pessoal não docente (p. 62), o que foi reiterado durante a visita, pelo que recorre “a estagiários dos programas de emprego promovidos pelo IEFP” (p.61) para colmatar lacunas, tendo mesmo apresentado uma proposta de quadro de pessoal não docente próprio.

No que respeita à dinâmica de formação do pessoal não docente, em termos de actualização e formação profissional específica é o próprio Instituto Politécnico de Setúbal que promove acções de formação, tal como consta do Relatório (pp.37-39 do Vol. II - Anexos) e nos foi confirmado pela Direcção da Escola e pelos funcionários, durante a visita.

Registe-se, ainda, o grau de motivação e a disponibilidade do Pessoal Técnico e Administrativo para o desempenho das tarefas que lhe estão cometidas, além da boa relação dos funcionários com os Órgãos institucionais, com os docentes e com os alunos, o que contribui para um bom clima de escola, o que nos foi, igualmente, dado apreciar no decurso da visita.

6. Dinâmica de Formação Interna de Docentes

De acordo com o Relatório de Auto-Avaliação e com as informações complementares recolhidas ao longo da visita, a formação avançada do Pessoal Docente corresponde a uma linha estratégica de desenvolvimento da Escola e em que esta investiu de forma clara (p.62).

A aposta na formação dos docentes é considerada como um “factor de credibilidade da ESE”, tendo sido estruturada em duas etapas. Num primeiro

momento, foi apoiada a realização de Mestrados e numa segunda fase foram incentivados e apoiados os processos de doutoramento (p.63).

Nos cinco anos que vão de 1997/1998 a 2001/2002, o número de docentes em mestrado foi, respectivamente, de: 16 (57,1%); 17 (54,8%); 17 (54,8%); 26 (59,1%); e 23 (57,5%). No que aos doutoramentos respeita e nos mesmos anos, o número foi de: 12 (42,9%); 14 (45,2%); 14 (45,2%); 18 (40,9%); e 17 (42,5%).

Em síntese, estes valores correspondem, relativamente aos anos considerados, aos seguintes totais de professores em formação: 28, 31, 31, 44 e 40, respectivamente¹².

No que à Área científica do curso em análise se refere (Música), o número de docentes em formação era de 6 (50%) no ano de 2001/2002, encontrando-se 4 em doutoramento e 2 em mestrado (p.99). Além disso, a Direcção do Departamento de Música assegura uma orientação e acompanhamentos efectivos dos Assistentes, tanto na “elaboração dos programas das cadeiras leccionadas”, como na “criação de materiais e de instrumentos de avaliação, constituindo-se assim como um espaço privilegiado de formação” (p.96).

De acordo com o Relatório de Auto-Avaliação, “a ESE de Setúbal procura (...) facilitar a obtenção de graus, através de horários de trabalho favoráveis ou mesmo através da não atribuição de tarefas para lá das obrigações lectivas” (p.95). Aliás, a política que, neste campo, a ESE tem vindo a desenvolver expressa-se também na opinião dos docentes sobre as “condições para participar em actividades de formação”¹³, que se apresenta como fortemente positiva, pois, na escala de 1 (mínimo) a 4 (máximo), situam essas condições principalmente nos níveis 3 (45%) e 4 (40%).

Independente da formação destinada à obtenção de graus, em alguns casos subsidiada pelo PRODEP (considerados os três programas PRODEP: 9 situações de mestrado e 17 de doutoramento)¹⁴, os docentes da Escola Superior de Educação de Setúbal têm participado em numerosas realizações de carácter científico-pedagógico, com ou sem apresentação de comunicações.

¹² Vide Quadro 3.11 – “Nº de docentes em formação avançada por tipo de formação e ano lectivo” (p.63).

¹³ Vide Quadro 12 da p.367 do Vol. II – Anexos.

¹⁴ Vide Quadro 3.9 – “Nº de bolseiros do PRODEP por programa e tipo de formação” (p.62).

Por outro lado, têm participado em numerosos projectos nacionais e internacionais, designadamente no âmbito da União Europeia, que têm constituído uma mais valia formativa para os respectivos participantes, muitos deles decorrentes de protocolos ou acordos estabelecidos pela ESE com outros organismos e/ou entidades (pp.42-44).

7. Missão e Funções Institucionais, incluindo os objectivos do curso

A consciencialização da missão e das funções institucionais do curso é claramente apresentada no Relatório de Auto-Avaliação e foi patente nos discursos dos diferentes elementos entrevistados ao longo da visita institucional, tendo os alunos afirmado, na reunião com eles havida, que “escolheram este curso por não ser de Variante”.

De acordo com o Relatório de Auto-Avaliação, a ESE de Setúbal, desde o seu início, “sentiu a necessidade de investir na área da Educação Musical com vista ao desenvolvimento artístico das crianças e a uma eficaz implementação da área no Sistema Educativo Português e na comunidade” (p. 85).

Além disso, os professores da área de música, em serviço na Escola, sentiram que o modelo das Variantes “não se apresentava como solução tentadora no campo da Educação Musical”, consideradas as seguintes razões:

- a necessidade de “uma formação na especialidade e não generalista” de professores para o Ensino Básico;
- o facto da formação generalista dos cursos de Variante ter de preparar para diversas áreas científicas, “reservando para a área de especialização um tempo manifestamente insuficiente”;
- a circunstância das Escolas Superiores de Educação com cursos na Variante de Educação Musical manifestarem “opiniões pouco positivas sobre o carácter bivalente da formação oferecida pelos seus cursos”;
- a opinião das escolas do 2º Ciclo do Distrito de Setúbal que, em “sondagem” realizada pela ESE, rejeitaram “a ideia de uma formação baseada num modelo

de Variante em favor de um curso para professores especialistas em Educação Musical” (pp.85-86).

Estes aspectos, a que se aliavam “a manifesta fragilidade e pouco à vontade no trabalho musical com as crianças” dos professores do 1º Ciclo, o reconhecimento legal (Dec.-Lei nº 344/90, de 2 de Novembro) da figura de docente especializado no 1º Ciclo, que reconhecia, de facto, “a necessidade da existência de um professor especialista para coadjuvar o professor generalista na área da música; e questões levantadas com a disciplina de Educação Musical no 3º Ciclo (p.86), levaram a ESE de Setúbal a propor e a ver aprovado o Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico.

Deste modo, visava (p.87):

- “responder às necessidades de formação especialista dos candidatos interessados;
- responder às necessidades de formação das crianças do ensino básico, preparando profissionais especialistas para a leccionação da área de música no ensino básico;
- fazer sentir a necessidade e incentivar a criação de lugares de professores especialistas de Educação Musical no 1º ciclo e no 3º ciclo, estimulando uma efectiva implementação da área da música no ensino regular do Sistema Educativo Português;
- contribuir para o desenvolvimento musical e cultural do país” (p.87).

Tendo por referência estas grandes metas, foram definidos os seguintes objectivos educacionais para o curso (p.88):

- “Formar profissionais de Animação e Educação Musical com competência científica, artística e pedagógica;
- Formar profissionais com competências comunicativas e relacionais capazes de trabalhar com diferentes públicos e em diferentes contextos;
- Formar profissionais com espírito empreendedor e com capacidade de implementar e desenvolver projectos originais;

- Formar profissionais com competência de trabalho autónomo e de autoformação capazes de integrar equipas diversificadas de trabalho;
- Formar profissionais com competências investigativas e de reflexão crítica, com vista à constante melhoria dos seus desempenhos e das suas práticas”.

Como se pode constatar, os objectivos do Curso estão definidos de forma clara e sustentada e é inegável a sua relevância no plano social, cultural e científico.

Outras duas Escolas Superiores de Educação viriam a seguir o exemplo de Setúbal e conseguiram fazer aprovar cursos de Professores de Educação Musical, fugindo ao modelo de Variantes.

Na visita institucional, foi-nos reiteradamente afirmado por todos os intervenientes, designadamente pelos alunos, professores, funcionários, professores cooperantes e ex-alunos (na Hora Aberta), que o curso constitui uma mais valia para a escola e para a região, em que se encontra fortemente implantado, dadas as iniciativas que organiza ou em que participa e o papel interventivo dos seus alunos.

Tendo-se sempre interligado com os outros cursos da Escola, “através de um tronco comum de disciplinas e projectos” (p.89), o Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico compreende, “por motivos legais”, as componentes de Prática Pedagógica, Ciências da Educação, Formação Geral e Formação Específica. Por sua vez, a formação na área da Música está organizada em três áreas: Musicologia, Prática Musical e Ensino da Música.

Refira-se, por fim, que este “curso foi pioneiro na introdução da Etnomusicologia no currículo dos cursos da formação de professores, tendo trazido para o âmbito do Ensino Superior Politécnico uma área científica até então exclusiva da Universidade” (p.90).

8. Metodologia da conceptualização e organização da estrutura curricular do curso

A construção do Plano Curricular do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal¹⁵ assume, de forma clara, a metodologia de conceptualização dos cursos de

¹⁵ Vide pp.100-102 do Vol. II – Anexos.

formação de professores. Deste modo, contempla, na sua estrutura, “as indicações para os Cursos de Variante no que diz respeito à carga horária total e às cargas horárias para as componentes de Prática Pedagógica, Ciências da Educação, Formação Geral e Formação Específica” (p.89), já referidas no ponto anterior.

A componente específica de Música está organizada em três áreas : Musicologia, Prática Musical e Ensino da Música, compreendendo, cada uma delas, as seguintes disciplinas, umas mais específicas, outras de carácter mais transversal:

- Musicologia: História da Música e Organologia I e II, História da Música Portuguesa e Introdução à Etnomusicologia I e II;
- Prática Musical: Prática Coral e Instrumental I, II e III e, de carácter mais transversal, Formação e Análise Musical I e II, Oficina Musical I e II, Seminário de Teatro Musical e Seminário de Produção de Espectáculos;
- Ensino da Música: Prática e Reflexão Pedagógica I, II, III e IV e Pedagogia Musical I e II (p.89).

O curso, que, “por questões de enquadramento legal, oferece um diploma para leccionar nos 1º e 2º ciclos, mas proporciona uma formação de docência até ao 3º ciclo” (p.87), sofreu a seguinte evolução histórica, demonstrativa de uma sistemática apreciação e actualização da respectiva organização curricular.

Foi criado pela Portaria n.º 1137/93, de 4 de Novembro, publicada no Diário da República n.º 258 – I Série-B, de 4 de Novembro de 1993 (pp.95-96, Vol.II - Anexos). O seu plano de estudos foi sucessivamente alterado pela Portaria n.º 138/95, de 8 de Fevereiro, publicada no Diário da República n.º 33 – I Série-B, de 8 de Fevereiro de 1995 (pp.97-98, Vol.II - Anexos), pela Portaria n.º 718/95, de 5 de Julho, publicada no Diário da República n.º 153 – I Série-B, de 5 de Julho de 1995 (p.99, Vol.II - Anexos), e, ainda, pela Portaria n.º 419/37, de 24 de Junho, publicada no Diário da República n.º 143 – I Série-B, de 24 de Junho de 1997 (pp.100-102, Vol.II - Anexos).

A actual estrutura curricular, que se configura como ajustada aos objectivos propostos e à dimensão temporal do curso, corporiza uma licenciatura de 4 anos¹⁶, assim organizada¹⁷:

¹⁶ bacharelato

¹⁷ Vide plano de estudos a pp.100-12 do Vol. II – Anexos.

- 1º ano : 9 disciplinas, sendo 6 anuais e 3 semestrais, num total de 750 horas, correspondendo a uma média semanal de 25 horas;
- 2º ano : 9 disciplinas, sendo 5 anuais e 4 semestrais, num total de 770 horas, correspondendo a uma média semanal de 25,7 horas;
- 3º ano : 9 disciplinas, sendo 5 anuais e 4 semestrais, num total de 775 horas, correspondendo a uma média semanal de 25,8 horas;
- 4º ano : 6 disciplinas, sendo 4 anuais e 2 semestrais, num total de 684 horas, correspondendo a uma média semanal de 22,6 horas;

Ainda no que se refere à adequação da estrutura do plano de estudos aos objectivos do curso, os alunos têm dela uma opinião positiva, pois 82,1% consideram-na como razoável e 10,3%¹⁸ como elevada, outro tanto acontecendo com os docentes que a classificam como razoável (60%) e elevada 20%¹⁹.

Deste conjunto, há duas disciplinas de opção, uma no 2º e outra no 3º ano, a definir anualmente; 4 disciplinas de Prática Pedagógica (Prática e Reflexão Pedagógica I, II, III e IV, no 1º, 2º, 3º e 4º ano, respectivamente); 2 Seminários (Seminário de Teatro Musical, no 2º ano, e Seminário de Produção de Espectáculos, no 4º ano); e 2 Oficinas (Oficina Musical I e II, no 3º. e 4º. anos, respectivamente).

Muitas das disciplinas que compõem o plano de estudos implicam a concepção e o desenvolvimento de “projectos de trabalho de campo” (p.90), tais como:

- a) Etnomusicologia I e II, em que esses projectos “têm como objectivo o estudo da música como cultura” (p.90);
- b) Oficina Musical I e II, concebidas numa dinâmica de “implementação de projectos interdisciplinares (p.91);
- c) Seminários, desenvolvidos “em regime de trabalho de projecto”, dando origem, i) no caso do Seminário de Produção de Espectáculos, “ao conjunto de concertos que integram o *Som das Quintas*”, que têm lugar na Escola, “e a Temporada IPS”, aberta ao público em geral; e, ii) quanto ao seminário de Produção de Espectáculos, a intervenções dos alunos “no contexto de outras actividades científicas, culturais e pedagógicas

¹⁸ Vide Quadro 4.1-1 “Adequação do plano de estudos do curso relativamente aos objectivos” (p. 94).

¹⁹ Vide Qadro 23. “Adequação da estrutura curricular aos objectivos”, p.369 do Vol.II – Anexos.

desenvolvidas formal e informalmente” (p. 91), mas com forte ligação à comunidade;

- d) Práticas Pedagógicas, que conduzem à intervenção dos alunos, “para além das escolas básicas dos 1º, 2º e 3º ciclos”, em “Jardins de Infância, Centros de Dia para idosos, Centros de Pediatria de hospitais e Centros de Educação Especial” (p. 92), o que foi confirmado pelos participantes na Hora Aberta.

Em termos de análise interna e de concretização, o plano de estudos revela, porém, alguns aspectos menos conseguidos:

- inexistência de disciplinas essenciais à formação de professores, tais como desenvolvimento e organização curricular, metodologia e didáctica, embora tenha sido afirmado, na visita, que os conteúdos dessas áreas são abordados noutras disciplinas como Pedagogia Musical I e II e Prática e Reflexão Pedagógica I, II, III e IV, tendo os alunos afirmado, a propósito, na reunião com eles realizada, que “aprendem a planificar por erros e tentativas”, na Prática Pedagógica, e os professores, em idêntica situação, que o desenvolvimento curricular é “uma questão transversal e, como tal, não carece de tratamento numa disciplina em particular”; trata-se, assim, de uma opção assumida em termos de filosofia curricular do curso;
- alguma falta de coordenação dos programas das disciplinas entre si, que redundam, em algumas delas, de acordo com a análise realizada, numa sobreposição de conteúdos;
- certa falta de sustentação organizacional da Prática Pedagógica realizada nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, quer no que se refere à acção aí desenvolvida pelos alunos em formação, quer, ainda, segundo foi clarificado na reunião mantida com os autores do Relatório, no facto dos alunos do 1º ano do curso acompanharem alunos dos anos mais avançados – embora apenas em regime de observação –, na realização das suas Práticas, o que transforma estes últimos em “professores cooperantes”, tudo isto como consequência das dificuldades que se prendem com o encontrar de professores cooperantes.

A concluir, refira-se que o Curso em avaliação, que é um dos três de não Variante e o pioneiro de entre eles, possui, ainda, uma característica inédita, pois, nos

termos do n.º2 do Artigo 5º da Portaria n.º1137/93, de 4 de Novembro, que o cria, confere não apenas o grau de licenciado, mas também o grau de bacharel, de acordo com o n.º 1 desses mesmo Artigo e Portaria, que se transcreve: a “aprovação nas unidades curriculares que integram os seis primeiros semestres do curso confere o grau de bacharel em Animação Musical e em Ensino de Educação Musicaldo 1.º Ciclo do Ensino Básico”.

Questionados os Órgãos Dirigentes sobre esta particularidade, responderam que, até agora, ninguém solicitou certificação do bacharelato.

9. Prática de Investigação associada ao curso

Registe-se a existência, na Escola, de dois Centros, cuja acção se situa “no campo da investigação, formação, educação, produção e divulgação de materiais e ainda assessoria científico-técnica”, a saber (p.50):

- o CIOE (Centro para a Igualdade de Oportunidades Educativas), que desenvolve actividade de investigação, formação, ensino e produção de materiais, em diversas áreas de trabalho, designadamente na da igualdade de oportunidades entre géneros e na da educação intercultural;
- o CEDE (Centro de Estudos de Desenvolvimento Educativo), que desenvolve projectos sobretudo com os PALOP.

Embora não possamos considerar estes dois Centros como núcleos formais de investigação associados ao curso, nem, no âmbito deste, a existência de ligações inter-institucionais visando especificamente a prática da investigação, é inegável o envolvimento e a participação dos docentes em projectos e/ou processos de investigação, bem como dos alunos, através da dinâmica de algumas disciplinas do curso, “no que diz respeito ao desenvolvimento de projectos conjuntos e com projecção para fora da sala de aula”, o que se tem revelado “fundamental como estímulo de aprendizagem não só dos alunos mas também dos professores e assistentes envolvidos” (p. 96).

Quanto ao primeiro aspecto – e não esquecendo as condições objectivas do Subsistema Politécnico no que respeita à investigação –, não só os 6 docentes em formação (4 em doutoramento e 2 em mestrado) desenvolvem, para a obtenção dos

respectivos graus, projectos de investigação, de responsabilidade própria, ligados à Música, como os restantes docentes participam nos diferentes e numerosos Programas e Projectos que se desenvolvem na ESE de Setúbal, em colaboração ou não com outras entidades e/ou organismos nacionais ou internacionais (pp.80-81 e pp.42-44 do Vol. II – Anexos).

De entre eles destacamos os que foram desenvolvidos com a Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e Timor, centrados na formação de professores ou outros quadros, mas com uma importante vertente de investigação, e os que estão a ser desenvolvidos com universidades, designadamente estrangeiras, de cariz marcadamente investigativo.

No que ao segundo aspecto, acima indicado, diz respeito, os alunos são incentivados a realizarem investigação, através:

- a) da participação, “desde o início”, nos “projectos interdisciplinares de animação e educativos propostos pelos professores”, que “são projectos originais” e se constituem “ como territórios óptimos de investigação/acção”;
- b) da realização “dos projectos autónomos desenvolvidos em pequenos grupos ou individualmente, particularmente nos 3º e 4º anos”, centrados, em geral, “em questões actuais de investigação”;
- c) dos projectos de trabalho de campo, desenvolvidos na área da Etnomusicologia;
- d) da “investigação na área da educação”, que, como “trabalho de fundo”, têm de realizar no 4º ano do curso (pp.96-97).

Além disso, os alunos têm participado em “investigações diversas desenvolvidas pelos professores do Departamento de Música, como foi o caso da investigação *Audição de música gravada com realização de mímicas em simultâneo*, e da que estava a ser realizada no momento da redacção do Relatório de Auto-Avaliação sobre as *Bandas Pop na Sala de Aula*, desenvolvida no 2º e 3º Ciclo de uma Escola Básica de Setúbal (p.97).

A prática de pesquisa pelos alunos é, segundo pensamos, uma metodologia de aprendizagem muito usada neste curso, tornada relevante nos programas e, em

especial, nos testemunhos dos alunos, confrontados com as diferentes práticas lectivas e metodologias usadas. Esta metodologia enquadra-se na filosofia do próprio curso e numa aprendizagem centrada em projectos a desenvolver pelos próprios alunos.

A Escola e o Departamento de Música pretendem, segundo foi afirmado pelo Conselho Directivo e por aquela estrutura, e apesar das dificuldades que, neste plano, têm as escolas politécnicas, incentivar e criar condições que possibilitem a definição de uma linha de acção que privilegie a investigação, até para dar resposta a uma certa insatisfação demonstrada, neste plano, pelos docentes, que, questionados sobre as “condições oferecidas para actividades de investigação”²⁰, numa escala de 1 (mínimo) a 4 (máximo), optaram sobretudo pelo nível 3 (55%) e pelo nível 4 (5%), não deixando de ser significativo o número dos que escolheram o nível 2 (35%).

Acrescente-se, ainda, que os professores do curso têm apresentado comunicações e publicado artigos sobre os seus trabalhos de pesquisa, aqui se mencionando, apenas, dada a participação dos alunos nesses projectos: i) a publicação de um artigo, na Revista da APEM, sobre a “produção, realização e assistência a uma ópera infantil”; ii) a preparação de um outro artigo sobre a “publicação dos resultados do projecto em torno do Coro e Orquestra com alunos da ESE e crianças do 1º ciclo” (ambos resultantes de dois dos “projectos interdisciplinares” atrás referidos); e iii) a apresentação, em conferências em Hannover e em Tenerife, pelo professor responsável, dos resultados do projecto de investigação *Audição de música gravada com realização de mímicas em simultâneo*, também já anteriormente mencionado (pp.96-97).

10. Realização do curso, ponderando, entre outros aspectos, os mecanismos da sua coordenação, os métodos de ensino e aprendizagem e o regime de frequência e avaliação

Tanto os docentes como os alunos têm uma representação bastante positiva do funcionamento do curso, como se pode comprovar pelos resultados dos inquéritos realizados.

²⁰ Vide Quadro 14, na p.367 do Vol. II – Anexos.

Assim, na escala de 1 (mínimo) a 4 (máximo), os professores situam o funcionamento do curso sobretudo nos níveis 3 (55%) e 4 (10%)²¹ e os alunos pronunciam-se de forma idêntica, isto é, 74,4% no nível 3 e 12,8% no nível 2²².

Igual sentido tem a apreciação que os alunos fazem do curso noutros planos. Deste modo, 52,9% classificam a contribuição do mesmo para a sua formação pessoal como razoável, enquanto 38,2% a consideram elevada. No que à contribuição do curso para a sua formação científica e pedagógica diz respeito, 50% representa-a como razoável e 38,2% como elevada. Por último, perspectivando essa contribuição no plano da formação profissional como professor, 41,2% têm-na como razoável e 47,1% como elevada²³.

Por seu lado, os diplomados ou ex-alunos revelam um elevado grau de satisfação com o curso, que se expressa em 70,6% de escolhas do nível 3 e 17,6% de escolhas do nível 4²⁴.

Igualmente positiva é a sua opinião sobre aspectos específicos do curso, tais como²⁵:

- a) contribuição do curso para a formação pessoal: 52,9% considera-a razoável e 38,2% elevada;
- b) contribuição do curso para a formação científica e artística: 50% di-la razoável e 32,8% elevada;
- c) contribuição do curso para a formação profissional como professor: 41,2% acha-a razoável e 47,1% elevada;
- d) contribuição para a capacidade de trabalhar em equipa: 64,7% classifica-a em bastante, 8,8% em muita, embora 23,5% a repute de pouca;
- e) contribuição para a capacidade de negociação/argumentação: 61,8% pontua-a como bastante e 35,3% como pouca;

²¹ Vide Quadro 31 “Classificação global do funcionamento do curso”, p. 371 do Vol. II – Anexos.

²² Vide Quadro 32 “Classificação global do funcionamento do curso”, p. 397 do Vol. II – Anexos.

²³ Vide Quadros 4.1-2; 4.1-3; e 4.1-4 (p. 95).

²⁴ Vide Quadro 71 “Grau de satisfação com o curso”, p. 480 do Vol. II – Anexos.

²⁵ Vide Quadros 29, 30, 31, 36, 37, 38, 42, 43 e 50, pp. 470, 471, 472, 473 e 475

- f) contribuição para a capacidade de planeamento, coordenação e organização: 58,8% avalia-a em bastante e 20,6% em muita, ao passo que 17,6% a refere como pouca;
- g) contribuição para a capacidade de pensar criticamente: 58,6% reputa-a de bastante, 20,6% de muita e 20,6% de pouca;
- h) contribuição para a capacidade de assumir responsabilidades: 47,1% representa-a como bastante, 29,4% como muita e 14,7% como pouca;
- i) contribuição para a capacidade de pesquisar e organizar informação: 64,7% vê-a como bastante, 23,5% como muita e 8,8% como pouca;
- j) contribuição para capacidades artísticas e criativas : 55,9% aponta-a como bastante, 11,8% como muita e 29,4% como pouca.

No plano do funcionamento do curso, a sua coordenação está cometida a uma Professora Adjunta, licenciada e mestre em Ciências Musicais – nomeada pelo Conselho Científico sob proposta do Conselho Directivo –, cujas competências, fixadas nos Estatutos da Escola (Diário da República n.º 4, II Série, de 5 de Janeiro de 1996, são as seguintes (p. 122):

- a) “Propor ao Conselho Científico as linhas de orientação científico-pedagógica do respectivo curso;
- b) Assegurar a gestão educativa quotidiana do curso que coordena;
- c) Colaborar com os outros membros da comissão coordenadora da Unidade de Formação na gestão científico-pedagógica dos cursos que a integram, nomeadamente em matérias do âmbito da sua área científica;
- d) Promover a informação, a reflexão e a discussão sobre as problemáticas do curso e dos seus profissionais junto dos docentes do Departamento e/ou da(s) área(s) predominante(s) do curso”.

No âmbito das suas atribuições, a Coordenadora do curso realiza, ao longo do ano lectivo, “encontros preparatórios e de reflexão”, designadamente no início e fim de cada semestre, e propõe a elaboração de “um calendário de actividades curriculares e momentos de avaliação”, no sentido da ligação/articulação entre as várias áreas da formação (p.122).

Todavia, e em conformidade com o afirmado por docentes e Dirigentes, estas reuniões de curso são pouco participadas, pelo que a coordenação entre as diversas áreas que intervêm no curso é algo difusa, o que se faz notar nos programas de algumas disciplinas, embora seja efectiva e bem conseguida a nível do departamento de Música.

A acção de coordenação do curso faz-se, porém, sentir de forma real junto dos alunos, constituindo-se como “elo de ligação privilegiado entre eles e os órgãos institucionais da escola”, designadamente serviços académicos e administrativos. Os estudantes recorrem também à coordenação do curso como “interlocutor com os diferentes docentes e discentes” que, por sua vez, promove e incentiva a participação dos alunos nos diferentes órgãos da escola (pp.122-123), o que também foi confirmado no decurso da visita.

De acordo com o Relatório de Auto-Avaliação, com a leitura dos programas das disciplinas e com as conversas mantidas com os docentes, os alunos não só são estimulados ao trabalho, quer em pequenos grupos, quer individualmente, como são motivados para a investigação, através do desenvolvimento de projectos disciplinares ou interdisciplinares ou, mesmo, pela participação em projectos da responsabilidade de professores, como anteriormente já referimos.

Todas estas circunstâncias, aliadas a um sentido de responsabilidade e de gosto “por aprender mais”, realçado por docentes e funcionários, é demonstrativo da atitude de permanente aprendizagem dos alunos do curso, que “são os mais activos da Escola”, no dizer dos funcionários.

Quanto ao regime de “frequência e avaliação”, há um “Regulamento de Frequência e Avaliação” (pp.65-73 do Vol. II – Anexos), aprovado pelo Conselho Científico, em 6 de Outubro de 1997, que estabelece dois “regimes de frequência e avaliação”: a “avaliação contínua”, que supõe uma “assistência” regular às aulas, e a “avaliação por exame”, que é independente da presença regular nas aulas. Os alunos que optem pela avaliação contínua podem recorrer à avaliação por exame, no caso de reprovação, ou se pretenderem melhorar a sua classificação (p.105). Note-se, ainda que o “Regulamento de Frequência e Avaliação” atribui a cada docente a responsabilidade de fixar o número mínimo de aulas em que os alunos têm de participar para poderem optar pelo regime de “avaliação contínua”.

Todavia, em Outubro de 2000, o Departamento de Música “aprovou, em conjunto com os alunos do curso” (p.106), e para “as disciplinas da responsabilidade da Comissão Científica do Departamento de Música”, um “Documento Geral de Avaliação” (pp.107-109), “na tentativa de coordenar o trabalho de apreciação e avaliação de desempenhos e projectos”.

Note-se que, de acordo com este documento, a avaliação das disciplinas de Prática e Reflexão Pedagógica I, II, III e IV apresentam duas componentes: “avaliação contínua” e “avaliação pontual”. Procurando verificar, pelos respectivos programas, os elementos que constituem cada uma delas e o seu peso relativo, constatámos que o desempenho dos alunos corresponde a 20% da classificação final, nas três primeiras, e a 25% na Prática e Reflexão Pedagógica IV, o que nos parece excessivamente pouco.

Na opinião da Subcomissão Externa de Avaliação este documento torna mais complexas as regras de avaliação, além de que, salvo melhor opinião, e por não haver referência à sua aprovação pelo Conselho Científico, nos parece lateral aos princípios aprovados para a escola, em termos de frequência e avaliação.

Note-se, porém, que os alunos deixaram bem expressa, na reunião havida durante a visita à ESE, a sua concordância com o regime de frequência e avaliação, o que vem ao encontro dos resultados dos inquéritos feitos a alunos e docentes.

Assim, e quanto à “adequação do regime de frequência praticado na Escola”, 48,7% dos alunos consideram-na razoável e 10,3% elevada, embora 30,8% a considere reduzida. Os docentes, por seu lado, vêem-na como razoável (60%) e elevada (10%) e como reduzida²⁶.

No que respeita à “adequação do regime de avaliação utilizado”, 74,4% dos alunos representam-na como razoável, 5,1% como elevada, enquanto 17,9% a considera reduzida. Por seu turno, 55% dos docentes avaliam-na como razoável, 10% como elevada e 5% como reduzida²⁷.

²⁶ Vide Quadros 4.4-4 e 4.4-5 (p.112).

²⁷ Vide Quadros 4.4-6 e 4.4-7 (p.112 e 113).

Quanto à adequação do modelo de avaliação das disciplinas”, 57,3% dos estudantes consideram-na como razoável, 13,8% como elevada e 24,8% como reduzida²⁸.

Finalmente, refira-se a existência de mecanismos de controlo de presenças, através das folhas de sumário das aulas, designadamente dos professores, da responsabilidade dos Serviços Administrativos.

11. Qualidade dos indicadores relativos aos ingressos no curso

O ingresso no Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal está sujeito à realização de provas de Pré-Requisitos de Aptidão Musical.

Como tais provas exigem conhecimentos musicais que pressupõem um processo de formação anterior, não obtido no sistema formal de ensino, é natural que o número de candidatos à frequência dos cursos desta natureza não seja muito numeroso e que as vagas não sejam preenchidas na sua totalidade.

Vejamus como tal situação se configurou entre 1999/2000 e 2001/2002, no que se refere à relação entre oferta e procura²⁹:

- 1999/2000: para 31 vagas, apresentaram-se 59 candidatos (54 na 1ª fase e 5 na 2ª), tendo sido colocados 28, que correspondem a 90,3% das vagas e a 47,45% do número de candidatos;
- 2000/2001: para 33 vagas, apresentaram-se 37 candidatos (26 na 1ª fase e 11 na 2ª.), tendo sido colocados 14, que correspondem a 42,2% das vagas e a 37,83% do número de candidatos;
- 2001/2002: para 31 vagas, apresentaram-se 32 candidatos (25 na 1ª fase e 7 na 2ª.), tendo sido colocados 11, que correspondem a 35,48% das vagas e a 33,33% do número de candidatos.

Como se pode verificar, nos dois últimos anos, por referência à elaboração do Relatório de Auto-Avaliação, houve um decréscimo considerável no número de

²⁸ Vide Quadro 4.4-8 (p.113).

²⁹ Vide Quadros da pp.315 e 316 do Vol. II – Anexos

ingressos no curso, que acompanha a tendência geral, em todo o país, quanto aos cursos de formação de professores, exceção feita aos Cursos de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educadores de Infância.

Não nos tendo sido fornecidos dados sobre os ingressos, de acordo com as diferentes opções dos candidatos, podemos no entanto referir, a mero título indicativo, que 87,2% dos alunos, ao serem questionados sobre a “primeira opção na candidatura ao ensino superior”³⁰, afirmaram terem escolhido este curso como primeira opção, ao passo que 2,6% disseram terem escolhido “este curso noutra escola” e 5,1% “outro curso”.

Os antigos alunos, que também foram questionados sobre este aspecto, disseram igualmente ter dado primazia, como primeira opção, ao curso em avaliação (87,2%), tendo havido ainda 11,8% que disse ter optado em primeiro lugar por outro curso³¹.

Quanto à classificação média de ingresso dos alunos no ano de 2000/2001, de acordo com dados fornecidos pelo Conselho Directivo da ESE, foi de 119,25 pontos, com um desvio padrão de 13,01.

No que à divulgação do curso à população interessada se refere, há uma estratégia autónoma para lá da estratégia global da ESE. Enquanto esta se centra nos alunos das Escolas Secundárias, a primeira “aposta nos locais em que a concentração de possíveis candidatos a curto prazo é mais elevada, como Escolas de Música”. Como segunda prioridade vêm as Escolas do Ensino Básico, “como estratégia a médio prazo, pois só com uma motivação precoce se poderá alargar o potencial número de interessados numa profissão ligada à música” (p.133).

São muito relevantes outras formas de divulgação do curso levadas a cabo pela Escola, tais como:

- produção anual de brochuras que são distribuídas pelas escolas do distrito e nos eventos em que a ESE participa;
- realização do “Dia Aberto”, para divulgação da Instituição e dos seus cursos junto das Escolas Secundárias do distrito;
- divulgação através da página da ESE na Internet;

³⁰ Vide Quadro 4.4-14 (p.117).

³¹ Vide Quadro 4.4-15 (p.117).

- divulgação através de publicidade em jornais e revistas (regionais e nacionais) e rádio;
- divulgação através do “ESE Road Show”, que se traduz no contacto directo com as escolas e os alunos de uma equipa de professores, ex-diplomados, técnicos e alunos, que se fazem acompanhar de um *stand* móvel, dando assim a conhecer a Escola e os cursos;
- realização dos projectos de intervenção comunitária, no âmbito da Prática e Reflexão Pedagógica.

12. Sucesso Educativo e mecanismos adoptados para a sua melhoria

Um número significativo dos alunos que frequentam cursos de formação de professores de Educação Musical são trabalhadores-estudantes, com ou sem o reconhecimento deste estatuto, mantendo actividades profissionais paralelas, muitas vezes ligadas à própria docência ou à música. Tal circunstância reflectir-se-á, necessariamente, no seu sucesso educativo e, mesmo, em alguns casos, no número de anos necessários para a conclusão do curso. O curso em avaliação não foge à regra, sendo significativo o número dos trabalhadores-estudantes (17,8% em 2001/2002), o dos trabalhadores independentes e o de outros alunos que acumulam a sua formação no curso com outras formações especializadas na área da música (p.119). O insucesso, de acordo com o Relatório, não será muito significativo, apesar do número de alunos que não se sujeitam a avaliação em algumas disciplinas e do 4º ano (exceptuado o ano lectivo de 1996/1997) constituir um ano “difícil” para os alunos, dados os valores das reprovações que nele se verificam, designadamente por referência aos correspondentes alunos inscritos no 1º ano.

Num histórico de 5 anos, a taxa de diplomados do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico da ESE de Setúbal, em relação ao número de inscritos no 1º ano de cada uma das suas edições é, em termos globais, para o conjunto desses cinco anos, de 56,63% (considerados os totais de 113 inscritos e de 64 diplomados). Por ano, a taxa de diplomados é a seguinte:

- 1997/1998: 75% (considerados os 24 inscritos no 1º ano em 1994/1995 e os 18 diplomados quatro anos depois);

- 1998/1999: 50% (considerados os 24 inscritos no 1º ano em 1995/1996 e os 12 diplomados quatro anos depois);
- 1999/2000: 42,85% (considerados os 21 inscritos no 1º ano em 1996/1997 e os 9 diplomados quatro anos depois);
- 2000/2001: 42,1% (considerados os 19 inscritos no 1º ano em 1997/1998 e os 8 diplomados quatro anos depois);
- 2001/2002: 68% (considerados os 25 inscritos no 1º ano em 1998/1999 e os 17 diplomados quatro anos depois).

Concluíram o curso, num histórico de três anos³² os seguintes alunos:

- 1999/2000 – 8 alunos, em 4 anos, e 1 aluno, em 5 anos;
- 2000/2001 – 8 alunos, em 4 anos;
- 2001/2002 – 14 alunos, em 4 anos, e 3 alunos, em 6 anos.

Deste modo, o número médio de anos para a conclusão do curso, para este conjunto de três anos, é de 4,2.

Quanto ao sucesso escolar em cada ano curricular do curso, de acordo com os dados complementares que nos foram fornecidos no decurso da visita, num histórico de 6 anos, é o mesmo expresso nos seguintes valores:

- 1996/1997: 1º ano – 66,7%; 2º ano – 66,7%; 3º ano – 100%; 4º ano – 100% (a média geral do ano é, portanto, de 82,6%, considerados os 65 alunos inscritos e os 56 que obtiveram aprovação);
- 1997/1998: 1º ano – 94,7%; 2º ano – 78,6%; 3º ano – 100%; 4º ano – 94,7% (a média geral do ano é, portanto, de 92,6%, considerados os 68 alunos inscritos e os 63 que obtiveram aprovação);
- 1998/1999: 1º ano – 92%; 2º ano – 66,7%; 3º ano – 100%; 4º ano – 75% (a média geral do ano é, portanto, de 82,9%, considerados os 70 alunos inscritos e os 58 que obtiveram aprovação);

³² Vide Quadro 4.4.-20 “Número de alunos pelo número de anos necessários para concluir o curso” (p.120).

- 1999/2000: 1º ano – 80,6%; 2º ano – 95,7%; 3º ano – 83,3%; 4º ano – 64,3% (a média geral do ano é, portanto, de 82,5%, considerados os 80 alunos inscritos e os 66 que obtiveram aprovação);
- 2000/2001: 1º ano – 90,9%; 2º ano – 96%; 3º ano – 81,8%; 4º ano – 53,3% (a média geral do ano é, portanto, de 82,2%, considerados os 73 alunos inscritos e os 60 que obtiveram aprovação);
- 2001/2002: 1º ano – 80,6%; 2º ano – 95,7%; 3º ano – 83,3%; 4º ano – 64,3% (a média geral do ano é, portanto, de 82,5%, considerados os 80 alunos inscritos e os 66 que obtiveram aprovação).

De acordo com os dados que nos foram fornecidos pelo Conselho Directivo da ESE, no que respeita ao insucesso em disciplinas, cujo valor é superior a 50% do número de alunos inscritos – excluindo-se as situações singulares de alunos inscritos em disciplinas atrasadas – os dados são os seguintes, por anos lectivos:

- 1998/1999: 1 disciplina do 1º ano (História da Música e Organologia I, com 57% de reprovações); e 1 disciplina do 2º ano (Prática Coral e Instrumental II, com 55% de reprovações);
- 1999/2000: 1 disciplina do 3º ano (Introdução à Etnomusicologia II, com 53% de reprovações).

Como se pode constatar, trata-se de casos pontuais e isolados, sem qualquer tendência a repetirem-se em anos consecutivos.

Não nos tendo sido facultados dados relativos ao abandono escolar, detenhamo-nos no estudo e aplicação de medidas de combate ao insucesso escolar.

O texto do Relatório de Auto-Avaliação evidencia que a Escola e o Departamento de Música têm consciência do problema, ainda que não o considerem significativo, como atrás referimos. Nesse sentido, têm vindo a ser tomadas as seguintes medidas: i) para minorar as dificuldades de avaliação em algumas disciplinas do curso, os prazos de entrega de trabalhos têm sido dilatados (p.119); ii) quanto aos “alunos que aspiram por ascender a níveis de qualidade elevada de consecução”, o Departamento de Música indica-lhes possíveis caminhos para “o desenvolvimento das suas competências a níveis pessoal, artístico e profissional” (p.121); iii) é feito um acompanhamento dos alunos no sentido de incentivar o seu

nível de participação nas actividades e ajudá-los a superar alguma dificuldade, o que é facilitado pelo bom clima relacional entre os professores e os alunos (p.116).

13. Inserção Profissional dos Diplomados

Apesar do Relatório de Auto-Avaliação referir a existência, a nível do Instituto Politécnico de Setúbal, de um *Observatório da Vida Activa*, cuja função será a de analisar e acompanhar a inserção e desempenho dos graduados das respectivas Escolas no mercado de trabalho (p.29), a verdade é que o seu efeito não se faz sentir, na prática, pelo menos no que concerne à Escola Superior de Educação.

Assim, e de acordo com o Relatório, “ainda não se procedeu a uma apreciação sistematizada (...) da inserção profissional” dos diplomados pela ESE, sendo alguns indicadores da mesma obtidos através de contactos estabelecidos com professores cooperantes, com as direcções dos estabelecimentos de ensino onde os estudantes realizam as suas práticas e com ex-alunos.

Por isso, tendo consciência desta situação, a Comissão de Avaliação que elaborou o Relatório utilizou o inquérito realizado aos antigos alunos para obter “dados importantes para avaliar a sua inserção profissional” (p.141).

Detenhamo-nos, pois, em alguns deles. De acordo com esses dados, os diplomados têm ingressado no mercado de trabalho com relativa facilidade, dada até a circunstância de 55,9% deles já terem iniciado a actividade profissional antes e durante a frequência do curso. Por seu lado, os restantes 44,1% responderam que encontraram trabalho 6 meses após terem terminado o curso.

A maioria dos ex-alunos exerce funções como professores do 2º Ciclo do Ensino Básico (41,2%) e de professores do 2º e 3º Ciclos (17%). Contratualmente, 38,2% são efectivos, 35,3% contratados e 14,7% estão em regime de prestação de serviços e contratados. Outros encontram-se em regime de prestação de serviços e, simultaneamente, são efectivos noutra instituição (5,9%). Outros, ainda, leccionam no ensino vocacional, no ensino profissional ou em escolas particulares sem vínculo ao Ministério da Educação.

Paralelamente a estas actividades, alguns dos antigos alunos desenvolvem outras actividades, tais como: trabalham em Sociedades Filarmónicas, fazem regência de

coros infantis, dirigem artisticamente grupos musicais, são músicos na Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública e exercem ainda actividades nas Câmaras Municipais (p.142).

Em conformidade com o exposto, o Relatório não contém, nem é possível calcular, as taxas de emprego dos diplomados, podendo apenas afirmar-se, a título meramente indicativo, que dos 67,6% que responderam à pergunta do questionário sobre este aspecto, 58,8% afirmaram que “não estiveram nenhum tempo desempregados” e 8,8% “algum tempo”, que terá sido até seis meses após a conclusão do curso, como se pode constatar pelos valores atrás apresentados (p.142).

De igual modo, não é possível calcularem-se – nem a Escola possui esses dados – os índices de empregabilidade por sectores de actividade social, sabendo-se apenas genericamente – e pelo questionário – onde trabalham os ex-alunos, que é, sobretudo, como professores e/ou em actividades ligadas à Música. Por consequência, o estatuto remuneratório dos mesmos será, para a maioria, o dos Professores do Ensino Básico.

14. Relações Externas e Internacionalização

As relações externas e a internacionalização são bastante significativas, tanto a nível da ESE de Setúbal, no geral, como do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico, através do desenvolvimento e participação em diversos projectos com instituições, organismos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas.

A Escola Superior de Educação de Setúbal entende-se “como uma instituição aberta e aprendente” e, como tal, “tem mantido um vasto leque de relações com outras instituições” (p.45).

No que em relação ao curso em avaliação diz respeito – e, portanto com a participação directa de docentes e alunos do curso –, a Escola estabeleceu, no seu conjunto, 41 protocolos e convénios, com diversos tipos de entidades nacionais, a saber: 3 Associações do campo da Música; 2 Associações relativas a cidadãos com Necessidades Educativas Especiais; 3 Centros de Dia; 1 Centro Comunitário; 1 Liga de Amigos da Terceira Idade; 1 Hospital; 1 Sociedade Filarmónica; 1 Clube de Futebol; 2 Câmaras Municipais; a Diocese de Setúbal; 7 Escolas Básicas do 1º Ciclo;

6 escolas Básicas 2,3; 1 Externato do 1º. Ciclo; 1 Colégio dos 2º e 3º Ciclos; 4 Universidades; Gabinete de Educação Artística da Secretaria Regional da Educação da Madeira; várias Escolas Superiores de Educação; Instituto Camões; Ministério da Educação – DES e DEB; Fundação Calouste Gulbenkian; e Banco Mundial.

De entre as actividades e projectos desenvolvidos com as referidas instituições, entidades e organismos, refiram-se o contacto regular mantido com as outras ESE que oferecem cursos no âmbito da educação musical, para a “discussão de problemáticas relevantes relacionadas com os cursos e a formação” e para a construção, anual, das provas de pré-requisitos nacionais (p.98); a participação na “Revisão Participada do Currículo (Básico e Secundário), na elaboração de orientações curriculares e no estudo e acompanhamento da implementação do trabalho por competências” (p.45); e todo o conjunto de projectos de intervenção comunitária que são desenvolvidos no âmbito:

- da Prática e Reflexão Pedagógica, designadamente as denominadas “Actividades Interculturais”, que contribuem “para o desenvolvimento das comunidades” e para a tomada de consciência dos alunos de que “a educação não passa apenas pela Escola”, e os “projectos itinerantes”, como, por exemplo, o da “divulgação da música e da cultura portuguesa” (p.137);
- da Etnomusicologia, em que são desenvolvidos trabalhos originais em contextos diversificados, privilegiando “contextos de educação formal e informal, nomeadamente o estudo de práticas e estratégias de transmissão de reportórios musicais não eruditos” (p. 138);
- da Pedagogia Musical, em que são desenvolvidos, entre outros, “trabalhos de campo originais dentro de temáticas relacionadas com o ensino da música em contextos formais e não formais” (p.138);
- dos Espectáculos promovidos, tanto a nível da ESE como do Instituto Politécnico de Setúbal, realizados nas instalações próprias ou noutras da comunidade, abertos ao público (p.138).

Com instituições estrangeiras, e com a participação de docentes do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico, a ESE estabeleceu 16 protocolos e/ou convénios, sendo 10 com Instituições do Ensino Superior de Espanha, Reino Unido, Holanda, Áustria, Bélgica e Índia (Goa), com 5 Ministério da Educação (Cabo

Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Timor Leste) e com a Associação de Amizade Portugal-Aquitaine (Bordéus, França).

No âmbito dos programas comunitários, a Escola Superior de Educação de Setúbal tem participado nos seguintes Programas e/ou Projectos: SÓCRATES, ERASMUS, LÍNGUA, PIETRA, TEMPUS e LANGCRED (pp.42-44).

Quanto ao Curso em avaliação, são 4 os docentes que participam no Programa ERASMUS, no âmbito do qual os seus alunos têm “tido regularmente direito a duas bolsas de estudo”, que têm usado em Universidades e Escolas Superiores em Espanha (Barcelona), Áustria, Bélgica, Holanda e Reino Unido. Por seu lado, o curso tem recebido estudantes de Espanha (Barcelona) (p.98).

No campo da mobilidade docente, o Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico tem recebido “professores catalães responsáveis pelo intercâmbio” e “alguns professores do Departamento de Música têm sido convidados a deslocar-se ao estrangeiro para visitas institucionais ou para períodos curtos de leccionação”, tais como Espanha (Barcelona), Áustria, Holanda e Inglaterra, no quadro do Programa SÓCRATES (p.98).

Quanto a graus obtidos no estrangeiro, um professor do Departamento de Música fez o doutoramento em Inglaterra, havendo um outro professor que, à data da realização do Relatório, estava também a fazer o doutoramento igualmente na Inglaterra.

Abordemos, em seguida, a participação de docentes em eventos científicos no estrangeiro. Sem indicação de datas, o Relatório refere a participação de professores do curso em congressos e seminários realizados na Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Alemanha e Chipre, com apresentação de comunicações, algumas das quais estão publicadas em actas e/ou revistas da especialidade (p.149).

Por fim, reportemo-nos ao desenvolvimento de projectos de colaboração e apoio a países em vias de desenvolvimento. Dois professores do curso participam no Projecto “Adapte – (Aprender/Diversificar a Acção Pedagógica na Transição para a Escola) África”, desenvolvido em colaboração com a fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto Português para a Cooperação e Instituto Camões, visando “o apoio à construção de programas, *curricula* e materiais de apoio à formação inicial, em serviço e contínua de Professores da Educação Básica, formação de Bacharéis e

Licenciados na área da Gestão Pedagógica e Administrativa, em todos os Países Africanos da C.P.L.P.” (p.42).

15. Recursos Financeiros (indicadores essenciais, recursos disponíveis e diversidade de fontes de financiamento)

A análise que se pretende neste ponto acerca dos recursos financeiros afectos ao curso, nos seus diversos campos, não é realizável, dado a Escola de Setúbal, como a generalidade das demais Escolas Superiores de Educação, ainda não dispõe de contabilidade analítica.

Deste modo, limitar-nos-emos aos dados constantes no Relatório acerca dos orçamentos de despesa da Escola (Vol. II- Anexos, p.53) e ao documento que nos foi entregue pelo Conselho Directivo, acerca do custo médio por aluno.

Assim, o Orçamento de despesa que nos é apresentado tem a seguinte estrutura: Orçamento do Estado, compreendendo despesas correntes (pessoal e funcionamento) e despesas de capital, a que, no seu conjunto, correspondem os seguintes valores (em contos), num histórico de 5 anos, de 1997 a 2001: 603 509; 699 665; 789 293; 819 580 e 892 340, respectivamente.

Quanto à sua distribuição por rubricas, quer do Orçamento do Estado, quer do Orçamento de Receitas Próprias, sendo-nos apresentado apenas o do ano de 2001, constatamos que ambos estão organizados em Despesas Correntes e Despesas de Capital, sendo os valores totais (em milhares de escudos), de um caso e outro, os seguintes:

- Orçamento de Estado: i) Despesas Correntes – Pagamentos Efectuados: 784.145 e Previsão de Pagamentos: 793 884; ii) Despesas de Capital – Pagamentos Efectuados: 21 401 e Previsão de Pagamentos: 23 153;
- Orçamento de Receitas Próprias: i) Despesas Correntes – Pagamentos Efectuados: 147 418 e Previsão de Pagamentos: 306 340; ii) Despesas de Capital – Pagamentos Efectuados: 8 852 e Previsão de Pagamentos: 14 013.

Analisando mais especificamente a estrutura dos Orçamentos de Despesas, verificamos que tanto o das Despesas Correntes como o das Receitas Próprias distinguem nas Despesas Correntes os gastos com Pessoal e com a Aquisição de Bens

e Serviços, discriminando ainda o segundo Outras Despesas Correntes, e que as Despesas de Capital contêm apenas a rubrica Investimentos.

Nesta óptica de leitura, os valores (em milhares de escudos) são os seguintes:

- Orçamento de Estado: i) Despesas Correntes – Despesas com Pessoal: Pagamentos Efectuados – 729 755 e Previsão de Pagamentos: 731 639; Aquisição de Bens e Serviços: Pagamentos Efectuados – 54 390 e Previsão de Pagamentos: 62 245 ii) Despesas de Capital – Investimentos: Pagamentos Efectuados – 21 401 e Previsão de Pagamentos – 23 153;
- Orçamento de Receitas Próprias: i) Despesas Correntes – Despesas com Pessoal: Pagamentos Efectuados – 60 670 e Previsão de Pagamentos: 106 512; Aquisição de Bens e Serviços: Pagamentos Efectuados – 64 303 e Previsão de Pagamentos: 102 321; Outras Despesas Correntes: Pagamentos Efectuados – 769 e Previsão de Pagamentos – 1 120 ii) Despesas de Capital – Investimentos: Pagamentos Efectuados – 8 852 e Previsão de Pagamentos – 14 013.

Não sendo possível qualquer referência aos indicadores “custo por diplomado” e evolução do investimento no curso, detenhamo-nos, agora, num outro indicador: o “custo aluno/ano”.

De acordo com o documento que nos foi entregue pelo Conselho Directivo, o custo médio por aluno é de € 3 649,50 ou de € 3 315,00, se considerado o valor recebido de propinas.

O “método de cálculo” utilizado obedeceu aos seguintes parâmetros, que se transcrevem:

“1 – Encargos com docentes

Custos relativos a:

- Horas de Formação ministradas.
- Deslocações para acompanhamento da prática pedagógica.

2 – Encargos com pessoal não docente

Custos relativos a:

- O número de alunos do Curso em questão corresponde a 7% do total de alunos da Escola, pelo que foi esta a percentagem

imputada aos vencimentos do pessoal não docente e pessoal dirigente.

3 – Preparação, desenvolvimento e acompanhamento do Curso

3.1 – Concepção, produção e aquisição de materiais pedagógicos e consumíveis e bens não duradouros.

- Custos com a produção de manuais, fotocópias, aquisição de disquetes, material de escritório, tinteiros, toner para impressoras e material didáctico.

3.2 – Outros encargos (consumo de água, electricidade, correspondência, telefone e outros).

- Estes custos foram calculados a partir dos gastos anuais x (nº de alunos deste Curso/nº total de alunos da Escola)”.

16. Cultura ambiental de qualidade

Os processos de avaliação, na Escola Superior de Educação de Setúbal, têm vindo, desde Abril de 2001, a ser coordenados por um professor do Departamento de Ciências, Multiculturalidade e Desenvolvimento (p.9).

A qualidade é um objectivo que os Órgãos da Escola e o Departamento de Música perseguem e de que são indicadores uma muito positiva imagem social do curso e um bom clima relacional entre todos os intervenientes (alunos, docentes, funcionários e Órgãos Dirigentes), que pudemos comprovar ao longo de todos os momentos da visita. Na Hora Aberta, por exemplo, estes aspectos tornaram-se bem evidentes nas intervenções dos diferentes participantes, que exprimiram um entusiasmo generalizado relativamente ao curso.

Muito concorrem para este ambiente de qualidade, na opinião dos autores do Relatório, o que se comprovou presencialmente, a realização de determinados eventos como:

- o *Encontro às Quintas* (no período das 13 às 15 horas das 5^{as} feiras em que não há aulas, para possibilitar a participação) destinado a manifestações científicas, culturais e artísticas, a que o Departamento de música juntou o

Som das Quintas, traduzido na realização de concertos, naqueles dias e período de tempo (p.131);

- a animação musical, pelos alunos do curso, de diversas iniciativas para que são convidados pela comunidade, designadamente escolas e outros organismos e instituições(p.131);
- o espírito empreendedor e participativo da maioria dos alunos do curso, merecendo aqui menção o sentido de responsabilidade, o dinamismo e o espírito investigativo que põem nos projectos em geral e nos de intervenção comunitária de modo específico.

Em termos de uma prática institucionalizada de avaliação, é afirmado no Relatório que, antecedendo o momento da Auto-Avaliação, em 2000, com a concordância do Conselho Directivo, o Departamento de Música realizou uma avaliação do curso “para análise e utilização internas”. Apesar do seu carácter restrito, algumas medidas foram tomadas, cujos efeitos são sentidos – e afirmados – no melhoramento da articulação entre as disciplinas e do ambiente de trabalho e no aprofundamento das relações entre alunos e professores (p.132).

As equipas para a realização dos processos de Auto-Avaliação são nomeadas pelo Conselho Directivo e, normalmente, são compostas por um professor do Departamento do Curso, no caso vertente do Departamento de Música, por um professor do Departamento de Ciências da Educação, e pelo coordenador do processo de avaliação, do Departamento de Ciências, Multiculturalidade e Desenvolvimento. No que ao Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico respeita, a equipa base, dada a não possibilidade de continuação da representante do Departamento de Ciências da Educação, foi reforçada com mais três professores do Departamento de Música. Na fase final da elaboração contou ainda com a colaboração de outra professora do mesmo Departamento.

Para lá da contribuição dos Serviços da Escola nos trabalhos de recolha, tratamento e sistematização de dados, concorreram, de forma directa, para a sua realização, os alunos e os docentes que responderam, uns e outros, a dois questionários, e os ex-alunos, que também foram inquiridos. Deram igualmente a sua contribuição, através das entrevistas concedidas, membros do actual e anteriores

Conselhos Directivos, o actual e anterior Presidentes do Conselho Científico, os Coordenadores de Departamento e o Secretário da Escola (pp17-19).

O Relatório, como nos foi dito na reunião com os Órgãos Dirigentes, não chegou a ser apreciado pelos Conselho Científico e Pedagógico, por ter sido terminado já tardiamente, mas que seria apreciado, bem como as conclusões da avaliação externa, em reunião do Conselho Científico já convocada para o efeito.

Quanto à avaliação do ensino pelos alunos e suas implicações não há qualquer menção no Relatório, nem qualquer referência sobre o assunto foi feita no decurso da visita.

IV - SÍNTESE FINAL

Tomando em conjunto e complementarmente a análise do Relatório de Auto-Avaliação do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico e os elementos recolhidos no decurso da visita à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, pode esta Subcomissão Externa de Avaliação D9, formular um juízo positivo.

A análise realizada, e que configura o presente Relatório, inscreve-se na atitude formativa e pedagógica que preside ao processo de avaliação, que visa melhorar a qualidade do ensino e implementar uma cultura de avaliação.

Saliente-se ainda a extrema utilidade da visita institucional – que decorreu num clima de abertura e de cooperação, que se regista –, não apenas pela clarificação que permitiu de alguns pontos do Relatório de Auto-Avaliação, como pela recolha de dados complementares que se mostraram determinantes para um aprofundamento e maior credibilização do próprio Relatório.

A terminar, indicam-se os pontos fortes, satisfatórios e fracos que a Subcomissão identificou no seu trabalho de avaliação externa do Curso de Professores de Educação Musical do Ensino Básico da ESE de Setúbal.

1. Pontos Fortes

- O clima existente entre todos os intervenientes no curso.

- A composição do corpo docente do curso, cujas habilitações académicas são, em termos percentuais, superiores às do corpo docente da ESE, globalmente considerado.
- A estrutura curricular do curso.
- Os aspectos inovadores do curso: i) não seguir o modelo de Variante e ii) o processo de desenvolvimento do próprio curso, apostando na intervenção na Escola, na Comunidade e em espaços diversificados.
- A forte articulação do Curso com a comunidade.
- A imagem social do Curso.
- As componentes investigativas do curso.
- O empenhamento dos alunos em actividades de campo e/ou pesquisa.
- As relações externas e a dimensão de internacionalização.

2. Pontos Satisfatórios

- O sistema de coordenação do curso, a nível interdepartamental.
- O regime de frequência e avaliação.
- A participação dos docentes nas reuniões de coordenação do curso.

3. Pontos Fracos

- A diminuição progressiva do número de alunos.
- O não alargamento do Quadro do Pessoal Docente, que coarta as expectativas de progressão na carreira aos professores.
- O não alargamento do Quadro do Pessoal não Docente, o que cria dificuldades funcionais.
- Os valores do abandono e insucesso escolar, este sobretudo no 4º ano.
- O fraco parque informático.

Lisboa 9 de Julho de 2004

O Vice-Presidente da Subcomissão D9

(Prof. Doutor José Alberto Mendonça Gonçalves)

O Vogal da Subcomissão D9

(Prof. Doutor Francisco José Barbosa Monteiro)

O Vogal da Subcomissão D9

(Mestre Mário José Oliveira Relvas de Assunção)

O Presidente da Comissão Externa de Avaliação – Área da Educação

(Prof. Doutor José Ribeiro Dias)